

COMISSÃO DE SAÚDE
ATA NÚMERO 73/XIII/2.^a SL

Aos 10 dias do mês de maio de 2017, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*
 2. *Apreciação e votação das Atas n.º 70, 71 e 72 relativas aos dias 19 e 26 de abril;*
 3. *Discussão dos Projetos de Resolução n.º 484/XIII/2.^a, do PSD, que «Recomenda ao Governo que prossiga a política dos anteriores executivos no sentido de gerir com responsabilidade e investimento os recursos do Serviço Nacional de Saúde», n.º 486/XIII/2.^a, do PSD, que «Recomenda ao Governo que prossiga a política dos anteriores executivos no sentido de reduzir o recurso à contratação de médicos na modalidade de prestação de serviços no âmbito do Serviço Nacional de Saúde», n.º 368/XIII/2.^a, do BE, «Poupar no financiamento a privados para investir no Serviço Nacional de Saúde» e n.º 541/XIII/ 2.^a, do BE, «Maior autonomia para celebração de contratos por parte das entidades do Serviço Nacional de Saúde»;*
 4. *Discussão do Projeto de Resolução n.º 820/XIII 2.^a, do BE, «Recomenda ao Governo que assegure aos reformados da indústria de lanifícios o acesso pleno ao direito de comparticipação dos medicamentos»;*
 5. *Discussão das propostas de alteração à PPL n.º 42/XIII/2.^a (PMA);*
 6. *Discussão e votação dos requerimentos do PCP e BE para audição de diversas entidades «sobre o presente e futuro do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge»;*
 7. *Discussão e votação do requerimento do PSD que solicita a audição do Ministro da Saúde, e do requerimento do PS, que solicita a audição do Presidente do Conselho de Administração do INEM, sobre os meios de emergência deste Instituto;*
 8. *Outros assuntos.*
- 11:00 - Audição da Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares, a requerimento do PSD, sobre o significativo aumento do montante das dívidas aos fornecedores de bens e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS), invertendo-se a sua tendência de redução registada na última Legislatura até ao ano de 2015.*

1. Informações

O Presidente iniciou a reunião salientando que participou na Conferência de Presidentes que se destinava à preparação do Fórum Parlamentar Luso-Espanhol de 2017, que terá a presença dos



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 73/XIII/2.^a SL

Presidentes dos Parlamentos dos dois países e que antecede a Cimeira Luso-Espanhola levada a efeito pelos Governos de Portugal e de Espanha. O Fórum Parlamentar Luso-Espanhol vai realizar-se nos dias 21 e 22 de maio, mas o seu programa não inclui temas da área da saúde.

Informou ter recebido a informação da DAPLEN, com as propostas de redação final dos Projetos de Resolução n.ºs 783/XIII/2.^a do PAN, 649 do PCP e 770 do BE, já distribuídas. Colocou à consideração as sugestões feitas, que foram aceites por todos, fixando-se assim a sua redação final. Igualmente recebeu da DAPLEN a proposta de redação final da PPL n.º 33, relativa ao RON. A Deputada Carla Cruz colocou reservas quanto a esta proposta de redação final e a Deputada Luísa Salgueiro pediu que a sua fixação fosse adiada, o que foi aceite pelos Deputados.

Informou ainda que baixou à Comissão a Petição n.º 294/XIII/2.^a, «*Solicitam o acesso à formação médica especializada a todos os médicos*». A Petição foi admitida e distribuída ao PS, que indicará posteriormente o Relator. Informou também que a PPL n.º 75/XIII/2.^a, sobre a identidade de género, em que é competente a 1.^a Comissão, com conexão à 8.^a, 9.^a e 10.^a, vai ser distribuída ao PSD para elaboração de Parecer, que indicou a Deputada Ângela Guerra.

Deu conta de que o Presidente da Assembleia pediu a pronúncia da Comissão sobre a realização do evento da Escola Nacional de Saúde Pública, da Universidade Nova de Lisboa, no auditório do edifício novo, na AR, para discussão pública dos resultados do estudo «Cancro 2020: repensar e fazer melhor. Humanização e partilha». Os Deputados disseram nada ter a opor.

O Presidente esclareceu que a reunião da Comissão de Saúde marcada para depois do Plenário se destina à audição dos candidatos ao Conselho Nacional de Saúde, nos termos dos artigos 255 e seguintes do Regimento da Assembleia da República e cuja eleição está marcada para o Plenário no dia 11 de maio. Referiu que nem todos os candidatos confirmaram a sua presença na reunião, embora todos tenham sido contactados. Referiu ainda que nem todos os candidatos enviaram as biografias e declarações de aceitação.

2. Apreciação e votação das Atas n.º 70, 71 e 72 relativas aos dias 19 e 26 de abril

As atas n.ºs 70, 71 e 72 relativas aos dias 19 e 26 de abril, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

3. - Discussão dos Projetos de Resolução n.º 484/XIII/2.^a, do PSD, que «Recomenda ao Governo que prossiga a política dos anteriores executivos no sentido de gerir com responsabilidade e investimento os recursos do Serviço Nacional de Saúde», n.º 486/XIII/2.^a, do PSD, que «Recomenda ao Governo que prossiga a política dos anteriores executivos no sentido de reduzir o



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 73/XIII/2.^a SL

recurso à contratação de médicos na modalidade de prestação de serviços no âmbito do Serviço Nacional de Saúde», n.º 368/XIII/2.^a, do BE, «Poupar no financiamento a privados para investir no Serviço Nacional de Saúde» e n.º 541/XIII/ 2.^a, do BE, «Maior autonomia para celebração de contratos por parte das entidades do Serviço Nacional de Saúde»

O Deputado Luís Vales apresentou o PJR n.º 484/XIII (2.^a) que recomenda ao Governo que *«prossiga a política dos anteriores executivos no sentido de gerir com responsabilidade e investimento os recursos do Serviço Nacional de Saúde»*. Recordou que em 2010 havia um défice superior a 930 milhões de euros e que a dívida total a fornecedores era superior a 3,2 mil milhões de euros, o que equivalia a 1,8% do PIB, valores que o Governo do PSD e CDS-PP inverteu. Frisou que no 1.º trimestre deste ano o investimento caiu cerca de 20%, relativamente ao mesmo período do ano anterior, assim como aumentou o atraso nos pagamentos por parte dos hospitais EPE e, a este propósito, deu como exemplo as declarações do Presidente da Liga de Bombeiros Portugueses, que referiu que além dos hospitais não lhe pagarem, ainda devolvem as faturas à Liga para que a despesa não conte para o défice. Considera assustador o silêncio do BE e do PCP relativamente a esta matéria. De seguida apresentou o PJR n.º 486/XIII (2.^a), que recomenda ao Governo que *«prossiga a política dos anteriores executivos no sentido de reduzir o recurso à contratação de médicos na modalidade de prestação de serviços no âmbito do Serviço Nacional de Saúde»*. Disse que o Ministério da Saúde prometeu reduzir a despesa do SNS, o que não foi conseguido, porque em 2016 voltou a disparar. Disse ainda que as iniciativas do BE não são sérias, designadamente quando recomendam dar mais autonomia aos hospitais, esquecendo que há um despacho do Governo de sentido contrário.

O Deputado Moisés Ferreira apresentou os PJR's n.º 368/XIII (2.^a) e n.º 541/XIII (2.^a) que propõem, respetivamente *«poupar no financiamento a privados para investir no SNS»* e dar *«maior autonomia para celebração de contratos por parte das entidades do SNS»*. Lembrou que a austeridade levou médicos e enfermeiros a abandonar o país, reduzindo assim a capacidade de resposta em muitos hospitais, quer em situação de urgência quer em situações programadas. Entende que o aproveitamento da capacidade do SNS permitirá uma resposta mais atempada, nomeadamente pela redução das listas de espera e diminuição do recurso a privados. Em vez de entregar hospitais aos privados, o BE propõe o aumento do investimento no SNS porque o atual é insuficiente. Anunciou que não acompanha as propostas do PSD porque são revanchistas.

A Deputada Carla Cruz esclareceu que sobre a questão da dívida há muito que o PCP tem referido existir subfinanciamento do SNS. Recordou que o PSD se absteve na votação de uma iniciativa do PCP que visava o reforço da resposta pública e que votou contra o diploma que recomendava uma



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 73/XIII/2.^a SL

redução progressiva da subcontratação de profissionais. Recordando ainda que quem encerrou instituições do SNS foi o anterior Governo.

Em seguida, apresentou o PJR n.º 834/XIII (2.^a) que «*Recomenda ao Governo a contratação de profissionais de saúde e a integração dos profissionais de saúde contratados ao abrigo dos planos de contingência no quadro de pessoal das instituições de saúde*». Pese embora os passos dados no sentido da reversão de medidas dos direitos dos trabalhadores, quanto à reposição dos salários e das 35 horas, os profissionais estão profundamente desmotivados, e as contratações de profissionais, em todas as carreiras, estão aquém das necessidades do SNS. Outra preocupação prende-se com o trabalho precário, não deixando de mencionar o número de médicos indiferenciados, que não tiveram acesso à formação e, se não se atuar, esse número crescerá.

De seguida usaram da palavra os seguintes Deputados:

António Sales falou do Relatório Trimestral da ACSS que apresenta dados positivos relativamente ao mesmo período de 2016, salientando que se fizeram mais consultas médicas e de enfermagem, que há menos utentes sem médico de família, prevendo-se um incremento de USF's, pelo que se congratula com a preocupação deste Governo em colocar as pessoas no centro do sistema. Deu conta do Despacho n.º 3796-A, de 5 de maio, sobre a rentabilização do SNS, referindo que o Ministério da Saúde pretende «*fomentar a rentabilização dos equipamentos e dos recursos humanos do SNS, limitando a subcontratação a entidades externas aos casos em que a capacidade instalada estiver esgotada*». Este Governo tem feito um esforço na internalização de serviços e no repensar das PPP's e, apesar das dificuldades, pretende alcançar os objetivos até ao final da Legislatura.

A Deputada Isabel Galriça Neto disse que é inegável a quebra de investimento no SNS, que cresceram as dívidas aos fornecedores e se alargou o prazo de pagamento, o que pode pôr em perigo o SNS. Lembrou que está a decorrer uma greve dos médicos, alegando falta de seriedade do Governo em resolver as questões. É lamentável que se continue num «*passa-culpas*» com o passado. Já chega de ambivalência dos partidos que apoiam o Governo, que nas alturas chave devem assumir a sua posição e aprovar o orçamento necessário e outras medidas, não tendo uma postura dúbia e inconsistente com aquilo que apresentaram no passado. Disse esperar que deixe de haver uma oposição encapotada.

4. - Discussão do Projeto de Resolução n.º 820/XIII 2.^a, do BE, «Recomenda ao Governo que assegure aos reformados da indústria de lanifícios o acesso pleno ao direito de comparticipação dos medicamentos»



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 73/XIII/2.^a SL

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o Projeto de Resolução recomendando que o Governo «*Proceda à revisão da Portaria n.º 287/2016, de 10 de novembro, de forma que o regime excecional de participação de 100% do Estado no preço dos medicamentos, aplicável aos pensionistas e aos futuros pensionistas que tenham descontado, especificamente até 1984, para o Fundo Especial de Segurança Social do Pessoal da Indústria de Lanifícios, se aplique a todos os medicamentos participados*». Alegou que o que está em causa é a reposição dos direitos a estes trabalhadores para os quais descontaram, ou seja a participação a 100% de todos os medicamentos aquando da sua aposentação, por via de terem descontado para o fundo especial da segurança social do pessoal da indústria de lanifícios. Esse direito foi alterado pelo anterior Governo, tendo o atual publicado a Portaria 286/2016, estipulando que a participação é de 100% do preço de venda ao público dos medicamentos participados e que no momento da dispensa do medicamento, a farmácia considera a participação prevista. O BE entende que «*o pagamento das participações ficou restrito aos genéricos, com a agravante de os medicamentos serem participados pagando-se apenas de acordo com o preço de referência, contrariando-se o princípio do direito inicialmente atribuído, da participação de 100% para todos os medicamentos participados*».

A Deputada Laura Magalhães referiu que os trabalhadores da indústria de lanifícios que descontaram para o Fundo Especial da Segurança Social têm vindo a beneficiar de um regime de participação a 100%, independentemente de o medicamento integrar um preço de referência e um grupo homogéneo. Saliu que para o PSD o que é importante é garantir o acesso dos utentes aos medicamentos de que precisam e que se proceda de acordo com as regras previstas para aqueles beneficiários.

A Deputada Luísa Salgueiro indicou que na reunião anterior foi discutido um PJR idêntico, apresentado pelo PCP, que até já foi aprovado em Plenário. Referiu que o que estava em causa não era a participação a 100%, mas o facto de o trabalhador ter de adiantar o pagamento. Nesta legislatura foi feito um esclarecimento para evitar que os utentes tenham de pagar adiantadamente, mas têm de ser seguidas as regras dos genéricos.

A Deputada Isabel Galriça Neto recordou que esta discussão já foi feita e se há um compromisso assumido, ele deve ser cumprido.

A Deputada Carla Cruz disse que acompanha a iniciativa quanto ao direito adquirido por esses trabalhadores.

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 73/XIII/2.^a SL

5. - Discussão das propostas de alteração à PPL n.º 42/XIII/2.^a (PMA)

O GP do PS pediu o adiamento deste Ponto.

O Presidente recordou que a Mesa fez uma proposta para que seja anexada a republicação.

6. - Discussão e votação dos requerimentos do PCP e BE para audição de diversas entidades «sobre o presente e futuro do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (INSA)»

Na apresentação do [requerimento](#) a Deputada Carla Cruz disse que a missão confiada ao INSA visa contribuir para ganhos em saúde pública. O Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, I. P., «*é o laboratório do Estado que tem por missão contribuir para ganhos em saúde pública através de atividades de investigação e desenvolvimento tecnológico, atividade laboratorial de referência, observação da saúde e vigilância epidemiológica, bem como coordenar a avaliação externa da qualidade laboratorial, difundir a cultura científica, fomentar a capacitação e formação e ainda assegurar a prestação de serviços diferenciados, nos referidos domínios*». A integração do INSA, I.P., na Universidade Nova de Lisboa e do Porto, reveste-se, no entendimento do PCP, «*de uma medida que iria contribuir para o desmantelamento do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e na capacidade de desempenho do serviço público que o INSA assegura*». As preocupações ganham ainda mais relevo pelo facto de existir entre a Universidade Nova de Lisboa e o Grupo José Manuel de Mello Saúde um consórcio de ensino e investigação, no qual estará também pensada a criação de um hospital privado. Entende que o INSA tem de se manter na esfera pública, daí haver necessidade do Governo prestar esclarecimentos à AR, pelo que requer as seguintes audições: Ministro da Saúde, Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Federação Nacional de Médicos, Colégio da Especialidade de Saúde Pública da Ordem dos Médicos e Organização dos Trabalhadores Científicos, acrescentando ainda a Associação de Bolseiros de Investigação Científica.

O Deputado Moisés Ferreira, na apresentação do [requerimento](#), fez o historial do trajeto do Instituto Nacional de Saúde que não pode deixar de ser um laboratório de referência na área da saúde e continuar na esfera pública. «*O Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. (INSA) é um organismo público inserido na administração indireta do Estado, sob a tutela do Ministério da Saúde, com autonomia técnica, científica, administrativa e financeira. Este instituto desempenha funções fundamentais para o Estado, enquanto laboratório do Estado no setor da saúde e enquanto observatório nacional de saúde. Tem, por isso, um papel importantíssimo nas políticas de saúde pública do país*». O INSA desenvolve atividades na área da segurança alimentar, toxicologia e avaliação de risco, avalia as necessidades e prioridades nacionais nesta área, bem como



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 73/XIII/2.^a SL

desenvolve atividades na área das doenças infecciosas, nomeadamente de diagnóstico laboratorial especializado e em epidemiologia, recolhe e trata informação muito útil para a definição de políticas e de programas de prevenção, de entre outras. O BE teve conhecimento que estará a ser pensado incluir nas conclusões deste grupo de trabalho a integração do INSA na Universidade Nova de Lisboa apesar de, segundo informações que temos, esse assunto não ter sido abordado durante os trabalhos. Para esclarecer toda a situação do INSA requer a realização da audição de um conjunto de entidades, a saber: Ministro da Saúde; Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Ricardo Jorge; Ordem dos Médicos; Federação Nacional dos Médicos; Associação Nacional de Médicos de Saúde Pública; Reitor da Universidade Nova de Lisboa e o Coordenador do GT constituído pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2016, Prof. Doutor Sobrinho Simões.

A Deputada Luísa Salgueiro disse compreender a preocupação manifestada, entendendo que é essencial que se valorize e reforce o papel do INSA e que este se mantenha na esfera pública. Já foi esclarecido publicamente que o INSA se manterá público, mas o PS não irá obstaculizar a que se realizem as audições propostas, muito embora o que subjaz esteja devidamente esclarecido.

A Deputada Isaura Pedro recordou que foi noticiado que o Governo estaria a pensar integrar o INSA na Universidade Nova de Lisboa. Esta medida estará a ser contestada porque o INSA é a referência nacional e a sua isenção é fundamental. Acompanha as iniciativas apresentadas, propondo que se acrescente a audição do Sindicato Independente dos Médicos.

A Deputada Isabel Galriça Neto deu conta que o BE já interrogou o Primeiro-Ministro quanto à manutenção de funções e o papel que o INSA tem. Disse que a preocupa o incremento de audições que estão a ser propostas, referindo ser impossível acompanhá-las a um bom ritmo, designadamente para os GP's mais pequenos, sob pena de algumas passarem para segundo plano e não se realizarem em tempo útil.

O Presidente colocou à votação os requerimentos do PCP e do BE, que foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

7. Discussão e votação do requerimento do PSD que solicita a audição do Ministro da Saúde, e do requerimento do PS, que solicita a audição do Presidente do Conselho de Administração do INEM, sobre os meios de emergência deste Instituto

O Deputado Miguel Santos apresentou o [requerimento](#) do PSD, que propõe a audição do Ministro da Saúde sobre a reorganização dos meios de emergência do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) a partir do início do próximo mês de maio. Entende que se trata antes de um

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 73/XIII/2.^a SL

racionamento de meios porque «o Governo pretende que deixem de funcionar no horário noturno um total de 13 ambulâncias a nível nacional». Tem manifestado preocupação desde o início do ano quanto ao fecho de meios de emergência do INEM, procurou obter esclarecimentos e questionou o Ministro e as respostas são insatisfatórias. O problema não é do INEM, é da sua gestão pública, que é da responsabilidade do Ministro, propondo a sua audição na Comissão, com caráter de urgência, para esclarecer cabalmente qual a sua orientação política para o problema do INEM.

A Deputada Luísa Salgueiro apresentou o [requerimento](#) que propõe a audição do Presidente do INEM na sequência de notícias públicas sobre a reestruturação dos serviços, designadamente da «reorganização dos horários de funcionamento das Ambulâncias de Emergência Médica (AEM) e ajustamentos nos turnos de funcionamento das mesmas, o que, que em alguns concelhos, designadamente Maia, Guimarães, Chaves, Espinho, Covilhã, Aveiro, Anadia e Amadora, significaria deixar o socorro noturno (entre a meia-noite e as oito horas), dependente de bombeiros, enquanto serviços parceiros do INEM, pois as AEM deixariam de funcionar. Poderão ainda ser afetados alguns turnos das AEM de Lisboa, Gaia, Viseu, Sacavém, Almada e Seixal. Contudo esta medida está a causar preocupações às populações dos Concelhos atingidos por esta quebra no funcionamento das AEM». Em face das preocupações manifestadas, o PS propõe a audição do Presidente do INEM com caráter de urgência, para o cabal esclarecimento da situação.

O Deputado Moisés Ferreira disse estar disponível para fazer as duas audições, a do Ministro e a do Presidente do INEM, acompanhando os dois requerimentos. Reiterou que se não for reforçado o número de profissionais, o número de ambulâncias disponíveis não poderá aumentar.

A Deputada Isabel Galriça Neto recordou que aquando do anúncio do encerramento de serviços, o CDS-PP pediu a audição do Presidente do INEM, cujos esclarecimentos não foram cabais. Fizeram uma pergunta ao Governo e a resposta não os deixou menos preocupados e menos intranquilos, pelo que acompanharão os requerimentos.

O Deputado João Ramos disse que o PCP acompanha com preocupação os problemas descritos em torno do INEM e já apresentou perguntas ao Governo. O problema do INEM tem de ter uma resposta pronta, pelo que acompanha os requerimentos.

O Deputado Miguel Santos frisou que a situação do INEM é preocupante e insustentável, sendo preciso saber qual é a orientação da tutela para este Instituto.

O Presidente colocou o requerimento do PSD à votação, o qual foi aprovado por maioria, com os votos a favor do PSD, BE, CDS-PP e PCP e os votos contra do PS, registando-se a ausência do PEV.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 73/XIII/2.^a SL

O Presidente colocou à votação o requerimento do PS, que foi aprovado por maioria, com os votos a favor do PS, BE, CDS-PP e PCP e a abstenção do PSD, registando-se a ausência do PEV.

11:00 - Audição da Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares, a requerimento do PSD, sobre o significativo aumento do montante das dívidas aos fornecedores de bens e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS), invertendo-se a sua tendência de redução registada na última Legislatura até ao ano de 2015.

O Presidente agradeceu a presença dos responsáveis pela Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares (APAH), Alexandre Lourenço, Presidente da Direção, Victor Herdeiro, Vice-Presidente, Pedro Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Geral e Miguel Lopes, Assessor de Imprensa.

O Deputado Luís Vales apresentou o [requerimento](#) do PSD que solicita a audição da Associação Portuguesa dos Administradores Hospitalares, como entidade conhecedora da realidade do SNS, nomeadamente da política não sustentada do horário semanal das 35 horas, da redução do investimento e da derrapagem das dívidas. Referiu dados, focando a queda do investimento, o congelamento da despesa, o aumento dos pagamentos em atraso que ascendem a mais de 700 milhões de euros e o alargamento deste pagamento. Sublinhou que o aumento da dívida relativa a medicamentos durante esta governação cresceu mais de 28%. Aumentar o financiamento, reduzir o desperdício e apostar em mais prevenção seriam medidas benéficas, mas que não são colocadas em prática e nem há vontade de as colocar. Dando exemplo da deterioração do SNS, lembrou que não estão a pagar à Liga de Bombeiros Portugueses o que lhes é devido. Perguntou à APHP quais as medidas que, no seu entender, o Governo deve tomar e quais as medidas que a Associação adotaria para solucionar o problema do aumento das dívidas aos fornecedores de bens e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS), designadamente à indústria farmacêutica.

O Deputado António Sales falou do papel de uma entidade que tem duas faces, a dos devedores e a dos credores. Apresentou gráficos com o comportamento da dívida que tem tido altos e baixos ao longo dos anos, reconhecendo que agora se encontra na fase de declínio, situação que se deverá inverter ao longo do ano. Considera que se registaram melhoras nos pagamentos em atraso e o Governo está a inverter a situação. Questionou a APAH sobre qual deveria ser a estratégia a seguir e qual seria a responsabilidade da Associação nessa estratégia e se há algum risco de não fornecer medicamentos aos utentes.

O Deputado Jorge Falcato Simões agradeceu a presença dos responsáveis da APAH. Reconhece que há dificuldades, designadamente que há subfinanciamento do SNS. Perguntou à APAH se a



COMISSÃO DE SAÚDE
ATA NÚMERO 73/XIII/2.^a SL

situação presente é diferente da anterior.

A Deputada Isabel Galriça Neto congratulou-se com a presença da APAH que é relevante para discutir o subfinanciamento do SNS. Falou da dívida crescente aos fornecedores, do aumento das cativações, do aumento do material à consignação revelado pela APORMRD. Tem dito que a reposição dos salários tem sido feita em detrimento do prejuízo da indústria farmacêutica. Julga que a estratégia dos partidos de esquerda é ambivalente porque em Comissão parece que fazem oposição, mas em Plenário aprovam um conjunto de medidas que considera preocupantes.

O Deputado João Ramos entende que o problema do aumento das dívidas e do aumento no atraso nos pagamentos poderão ter implicações na prestação de cuidados de saúde. Exigem-se propostas concretas e a solução passa pelo reforço do investimento no SNS, apesar de se ter conseguido manter os cuidados e a gama da oferta à custa do empenho dos profissionais de saúde. Deve haver um levantamento rigoroso das necessidades no SNS e depois traçar um plano de investimentos e de regularização da dívida.

Alexandre Lourenço, Presidente da APAH, agradeceu ter oportunidade de discutir a matéria em apreço. Do ponto de vista da APAH a dívida encontra-se estabilizada relativamente a anos anteriores, mantendo-se a estratégia seguida dos últimos anos e que vai no sentido da sua diminuição. A situação que se vive merece um acompanhamento profundo para a qual importa encontrar solução, até porque os pagamentos em atraso representam sempre um aumento dos custos operacionais das instituições. Há quem entenda que o esforço feito para repor os direitos dos profissionais não é suficiente. O investimento no SNS está em queda desde 2009 o que pode colocar em causa a qualidade de prestação de cuidados no sistema e a captura dos melhores profissionais. Um dos problemas é encontrar solução para o financiamento, talvez fazendo acordos com os fornecedores. A parte da despesa pública para o SNS está abaixo quase um ponto percentual da média europeia e uma das implicações prende-se com as restrições graves dos utentes na área dos medicamentos, embora se tenha conseguido manter qualidade no seu acesso ao SNS. Uma das soluções passaria por combater o desperdício e a fraude na saúde, outra seria sancionar as Administrações com menor desempenho, as quais poderiam ser demitidas ou não reconduzidas, de acordo com o Regulamento dos Gestores Públicos. Outra medida poderia passar pela criação de CRIS nos hospitais, o que levaria a uma melhoria das condições profissionais e a premiar aqueles que tenham melhor desempenho. Informou que os Conselhos de Administração dos Hospitais devem ter autonomia de gestão. Falou ainda do combate ao desperdício e à fraude na saúde.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 73/XIII/2.ª SL

Na 2.ª ronda usaram da palavra para pedir esclarecimentos os Deputados Luís Vales, Luísa Salgueiro, Isabel Galriça Neto e João Ramos, que foram respondidos por Alexandre Lourenço. Esta vídeo gravação da audição pode ser acedida através deste [link](#).

A reunião foi encerrada às 13:05 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

http://srvvideo3/site/XIIIILEG/2SL/COM/09_CS/CS_20170510_1.mp3

http://srvvideo3/site/XIIIILEG/2SL/COM/09_CS/CS_20170510_2.mp3

Palácio de São Bento, 10 maio 2017.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE
ATA NÚMERO 73/XIII/2.^a SL
Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
Jorge Falcato Simões
José António Silva
José de Matos Rosa
José Luís Ferreira
Luís Graça
Luís Soares
Luís Vales
Luísa Salgueiro
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
Miguel Santos
Moisés Ferreira
Ricardo Baptista Leite
Carlos Matias
João Ramos
José Silvano
Laura Monteiro Magalhães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cristóvão Simão Ribeiro
Teresa Caeiro